

CURSO FECHADO (*IN COMPANY*) PARA MUNICÍPIOS – 100HS HÍBRIDO

IMPLANTAÇÃO PRÁTICA DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE CONSUMO NO MUNICÍPIO

OBJETIVO

Repasar aos participantes o detalhamento sobre a Reforma Tributária no cotidiano do fisco, com destaque para os efeitos mais imediatos ao Município e indicação da importância da arrecadação durante o período de transição, para a composição das médias de retorno do IBS. O curso tratará de todas as normas previstas na Emenda Constitucional 132/2023, na Lei Complementar 214/2025 e nas leis complementares e regulamentos que entrem em vigor no decorrer do treinamento, para permitir a atualização constante do conteúdo.

PÚBLICO-ALVO

Auditores tributários, fiscais de tributos, técnicos tributários e demais servidores ou agentes públicos relacionados a área fiscal dos Municípios.

PROGRAMAÇÃO BÁSICA

Parte I – Entendimento do IBS e da distribuição do novo imposto

1. Apresentação da Reforma Tributária:

- a) Princípios norteadores da Reforma Tributária e seu impacto na economia;
- b) Tributos afetados, amplitude e conceitos gerais.
- c) Efeitos econômicos e na arrecadação dos municípios.
- d) Considerações gerais sobre a transição e implantação.

2. Entendimento geral do IBS, da transição e extinção do ISS:

- a) Fatos geradores, base de cálculo e alíquotas do IBS;
- b) Tributação no destino;
- c) Não cumulatividade e creditamento;
- d) Pagamento.
- e) Isenções, benefícios, regimes diferenciados e regimes específicos.
- f) Transição das regras.

3. Forma de distribuição do IBS para os municípios

- a) Método de cálculo da distribuição do IBS aos Municípios a partir de 2029.
- b) Apuração das médias de arrecadação do ISS e da cota-parte do ICMS no retorno do IBS.
- c) Arrecadação efetiva *versus* lançamento.
- d) Simulação do retorno de IBS do Município com base em estimativas e arrecadação média.
- e) Demonstração do impacto de qualquer aumento no ISS no retorno por décadas.
- f) Forma de divulgação dos índices, recursos e prazos pelo Comitê Gestor do IBS.

Parte II – Técnicas para aumento do índice do IBS – Arrecadação do ISS

1. Ponderações gerais sobre fiscalização

- a) Definição de autoridade fiscal municipal.
- b) Atribuições fiscalizatórias e segurança formal.
- c) Possibilidades de autorregularização e incentivo ao pagamento.

2. ISS e Simples Nacional

- a) Forma de recolhimento do ISS no Simples Nacional.
- b) Rotinas fundamentais para controle de pagamento.
- c) Principais situações passíveis de fiscalização eficiente (imunidades, erros de anexo, deduções, retenção, indicação errada de ISS fixo, local do recolhimento e outras).
- d) Utilização de ferramentas de controle e cruzamento de dados.
- e) DTE do Simples Nacional e formas de notificação.
- f) Convênio para cobrança da dívida ativa de ISS.
- g) Cobrança da dívida ativa de MEI.
- h) Incentivos para o pagamento em 2026.

3. ISS e Construção Civil

- a) Inviabilidade de dedução dos materiais da base de cálculo e fiscalização.
- b) Revisão de obras concluídas e/ou em andamento.
- c) Meios de controle de obtenção de dados de obras.
- d) Meios de incentivo ao recolhimento de ISS até o final de 2026 de obras em andamento.

4. ISS e instituições financeiras

- a) Conferência de dados e identificação de inconsistências nas declarações.
- b) Lançamento e cobrança eficiente em casos de inconsistências.

5. ISS e Profissionais Liberais

a) Formas de identificação de profissionais liberais e sociedades profissionais no Município.

b) Verificação do direito ao ISS fixo e lançamento de valores não apurados.

6. ISS e serviços de tecnologia

a) Identificação de sites, influencers, portais e outros com potencial incidência do ISS na publicidade digital.

b) Identificação de outras empresas de tecnologia que possam atuar no Município.

7. ISS e outros serviços conforme a realidade econômica da cidade

a) Identificação do potencial econômico da cidade e dos principais serviços passíveis de fiscalização dentro os outros grupos de prestadores de serviço.

b) Serviços agrícolas, turismo, hospedagem, médico, de manutenção, de cessão de mão de obra, de transporte, de treinamento, vigilância, monitoramento e outros, com foco naquele com maior potencial de recolhimento de ISS para a realidade da cidade.

8. Cobrança da dívida ativa e incentivo ao pagamento

a) Dívida ativa e cobrança extrajudicial.

b) Execução fiscal e incentivo ao acordo (transação).

c) Benesses ao bom pagador e ao contribuinte cooperativo.

d) Programas de conformidade do ISS e descontos para regularização.

e) Políticas possíveis de antecipação ao recolhimento de ISS.

f) Divulgação e conscientização dos contribuintes.

Parte III – Práticas internas e legislação municipal

1. Práticas internas

a) Métricas para identificar as alíquotas adequadas para o IBS a partir de 2029.

b) Ajustes nos fluxos de pagamentos, licitação e outros setores em razão das alterações para 2027.

c) Acesso e controle dos cadastros integrados

2. Legislação municipal

a) Regulamentação e padronização das normas municipais em relação ao IBS.

b) Estruturação normativa da administração tributária.

c) Adaptações necessárias em razão do Código de Defesa do Contribuinte.

Parte IV – Comitê Gestor do IBS e sistemas de declaração e fiscalização

1. Funcionamento do Comitê Gestor do IBS e do contencioso tributário

- a) Comitê Gestor do IBS e suas prerrogativas na gestão do imposto.
- b) Integração entre o fisco municipal e o Comitê Gestor.
- c) Sistemas de declaração do IBS/CBS.
- d) Monitoramento e fiscalização pelo Município.
- e) Contencioso administrativo integrado.
- f) Comitês de Harmonização.

2. Dívida ativa e cobrança

- a) Controle integrado da dívida ativa do IBS.
- b) Integração entre as procuradorias.
- c) Controle municipal dos débitos.

CARGA HORÁRIA

O curso será ministrado de forma híbrida, com a combinação entre aulas presenciais, aulas on-line ao vivo, aulas gravadas e suporte a dúvidas durante o curso através da IA da Contributo, com carga horária total de 100 (cem) horas, durante o período de 12 (doze) meses, com a seguinte distribuição de carga horária:

- Aula presencial inaugural do curso, com 16 horas-aula (dois dias), com foco na apresentação da Reforma Tributária e das técnicas de aumento do índice de retorno do IBS para o Município (arrecadação do ISS).
- Aula presencial na metade do curso, com 16 horas-aula (dois dias), para focar na revisão de conteúdos repassados no decorrer do curso e nos ajustes das práticas internas.
- Aula presencial de encerramento do curso, com 16 horas-aula (dois dias), para revisão integral, com aprofundamento sobre as regras relativas as mudanças da Reforma Tributária.
- Aulas on-line ao vivo no total de 18 horas-aula, para repasse de conteúdo e retirada de dúvidas relacionadas os temas do treinamento.
- Videoaulas (vídeos gravados) no total de 34 horas-aula, com boa parte dos vídeos específicos para o Município, conforme o andamento do curso.
- Licença Completa da IA da Contributo disponível ao Município durante todo o curso, para assegurar o suporte e esclarecimento continuado, em que os participantes podem sanar dúvidas (Teste a ferramenta gratuitamente em **contributo.pro**).

CALENDÁRIO E FORMATO DE EXECUÇÃO

O calendário para execução do curso e distribuição da carga horária, segue o seguinte padrão:

Mês	Atividade Presencial	Aulas on-line ao vivo	Videoaulas
Mês 01	Aula presencial de 16 horas (dois dias)	-	07 horas de videoaulas liberadas
Mês 02		02 horas de aula	03 horas de videoaulas liberadas
Mês 03		02 horas de aula	03 horas de videoaulas liberadas
Mês 04		02 horas de aula	03 horas de videoaulas liberadas
Mês 05		02 horas de aula	03 horas de videoaulas liberadas
Mês 06	Aula presencial de 16 horas (dois dias)		
Mês 07		02 horas de aula	03 horas de videoaulas liberadas
Mês 08		02 horas de aula	03 horas de videoaulas liberadas
Mês 09		02 horas de aula	03 horas de videoaulas liberadas
Mês 10		02 horas de aula	03 horas de videoaulas liberadas
Mês 11		02 horas de aula	03 horas de videoaulas liberadas
Mês 12	Aula presencial de 16 horas (dois dias)		

MINISTRANTE

Adriano dos Santos. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Advogado; Especialista em Direito Tributário pela Escola Brasileira de Direito - EBRADI; Especialista em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC; Ex-Consultor Tributário da Federação Catarinense de Municípios - FECAM; Coordenador de Atividades da Contributo Estudos Tributários. Sobre a Reforma Tributária, o palestrante já ministrou 30 cursos, entre presenciais e on-line, com total de mais de 1.300 pessoas participantes de seus cursos. Publicou sobre a Reforma Tributária um livro ("IBS e CBS: Visão Geral e Fundamentos Iniciais") e vários artigos.

CERTIFICAÇÃO DO CURSO E NÚMERO DE PARTICIPANTES

O curso terá a emissão de certificado de conclusão, para todos que concluírem, no mínimo, 70% das atividades estabelecidas no treinamento. Por ser curso fechado, não há limites de participantes do

Município, sendo recomendado, para fins de uma melhor didática, a participação máxima de trinta pessoas no total.

MATERIAL DO CURSO E EXTRAS

Será disponibilizado material digital sobre cada tema do treinamento, em formato PDF, PPTX, DOCX ou outro correlato. Além de outros textos, artigos ou informações complementares, que podem ser repassados aos participantes durante o período de treinamento.

O Município contratante do curso nesse formato, terá durante todo o período do treinamento direito a Licença Completa da Inteligência Artificial da Contributo, o que inclui para as empresas sediadas no Município a visualização do site contributo.info com informações de orientação fiscal.

COMO CONTRATAR



Curso ofertado exclusivamente pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM, por meio de parceria com a Contributo. Entre em contato com a EGEM para contratar:

WhatsApp: (48) 99698-2319

E-mail: coordenacao@egem.org.br

Site: egem.org.br